|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | SICCAU nº 363532/2017 |
| INTERESSADO | CEF-CAU/BR, CAUs/UF e IES |
| ASSUNTO | Solicitações de Cadastro, Importação de Listas de Egressos. |

**DELIBERAÇÃO Nº 002/2018 – CEF-CAU/BR**

A COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO – CEF-CAU/BR, reunida ordinariamente em Brasília-DF, na Sede do CAU/BR, nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2018, no uso das competências que lhe conferem o art. 99 do Regimento Interno do CAU/BR, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que art. 4º da Lei 12378, de 31 de dezembro de 2010, determina que o CAU/BR organizará e manterá atualizado cadastro nacional das escolas e faculdades de arquitetura e urbanismo, incluindo o currículo de todos os cursos oferecidos e os projetos pedagógicos.

Considerando que o art. 6º da Lei 12378, de 31 de dezembro de 2010, determina que são requisitos para o registro capacidade civil e diploma de graduação em arquitetura e urbanismo, obtido em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida pelo poder público.

Considerando que o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, e revoga o art. 15 do Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; o Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006; o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007; o Decreto nº 8.142, de 21 de novembro de 2013; e o Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016.nº 5773 2006;

Considerando que o Decreto nº 9.235/2017, em seu artigo 11, determina que o Ministério da Educação definirá calendário anual de abertura do protocolo de ingresso e conclusão de processos regulatórios em sistema próprio, para fins de expedição dos atos autorizativos e de suas modificações, e que o protocolo de pedido de recredenciamento de IES e de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso superior, antes do vencimento do ato autorizativo anterior, prorroga automaticamente a validade do ato autorizativo (grifo nosso) até a conclusão do processo e a publicação de Portaria;

Considerando ainda que o artigo 45 do Decreto 9235/2017 que determina que o reconhecimento e o registro de curso são condições necessárias à validade nacional dos diplomas; que o reconhecimento de curso presencial na sede não se estende às unidades fora de sede, para registro do diploma ou qualquer outro fim e que o reconhecimento de curso presencial em determinado Município se estende às unidades educacionais localizadas no mesmo Município, para registro do diploma ou qualquer outro fim;

Considerando o Parecer CNE/CES nº 475/2005, que conclui que para os efeitos das normas educacionais e relativamente às instituições de ensino superior – mantidas – o conceito de sede refere-se sempre aos limites do município; que no caso das instituições de ensino superior credenciadas para atuarem no Distrito Federal, considera-se “sede” todas as áreas abrangidas nos limites de seu território; e que nada impede o funcionamento, no mesmo município, em locais distintos, de uma mesma IES credenciada desde que a autorização de seus cursos e a ampliação de vagas sejam submetidas ao Poder Público.

Considerando a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação;

Considerando que o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em seu art. 72 considera irregularidade administrativa, passíveis de aplicação de penalidades, a prestação de informações falsas ao Ministério da Educação e omissão ou distorção de dados fornecidos aos cadastros e sistemas oficiais da educação superior, especialmente o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC; e que conforme art. 103 as IES, independentemente do seu sistema de ensino, manterão seus dados atualizados junto ao Cadastro e-MEC, mantido pelo Ministério da Educação.

Considerando que o CAU/BR possui acesso no sistema e-MEC às informações necessárias para o cálculo da tempestividade do protocolo de reconhecimento dos cursos conforme Acordo de Cooperação Técnica firmado com o MEC;

Considerando as Deliberações 63/2015, 64/2015, 65/2015 CEF-CAU/BR que aprovam metodologias para Cadastro de Cursos no CAU/BR; e a Deliberação 001/2018 CEF-CAU/BR que orienta a execução do Cálculo de Tempestividade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo;

Considerando que o art. 99 do Regimento Interno do CAU/BR, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017, determina que compete a Comissão de Ensino e Formação CEF-CAU/BR propor, apreciar e deliberar sobre atos normativos de ensino e formação referentes ao Cadastro Nacional dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo;

Considerando as competências previstas na Resolução CAU/BR nº 139/2017, que determina que compete a Comissão de Ensino e Formação do CAU/UF monitorar a oferta de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, encaminhando ao CAU/BR informações pertinentes ao Cadastro Nacional dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo;

Considerando a necessidade de normatização dos procedimentos de cadastro de cursos e orientação aos CAU/UF até a publicação de Resolução específica de cadastro;

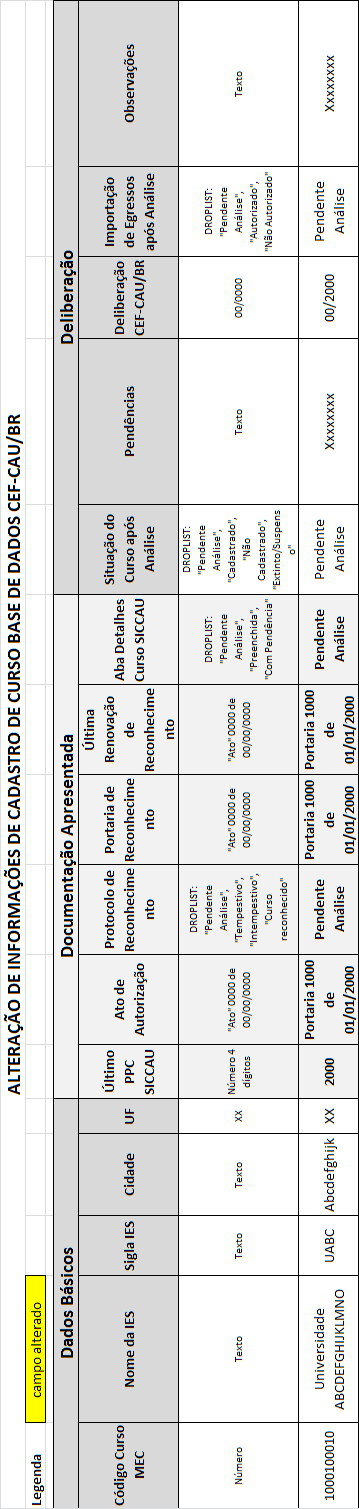
Considerando o §2º do art. 61 da lei 12378/2010, que determina a articulação do CAU/BR com as Comissões de Ensino e Formação dos CAUs/UFs por intermédio do conselheiro federal representante das instituições de ensino superior (IES).

|  |
| --- |
| **DELIBERA:**   1. Que a inserção de dados de curso de Arquitetura e Urbanismo, para fins de cumprimento do Art. 4º da Lei 12378/2010, será feito independente do cadastro do mesmo, sendo o curso considerado apenas como INSERIDO; 2. Que o curso de Arquitetura e Urbanismo, para ser considerado CADASTRADO junto ao CAU/BR, deverá ter portaria de reconhecimento do curso publicada ou cálculo de tempestividade aprovado pela CEF-CAU/BR, e seguir o disposto nas Deliberações 63/2015, 64/2015 e 65/2015 CEF-CAU/BR e respectivos tutoriais anexos, sendo o SICCAU o meio de comunicação oficial para finalidade de cadastro; 3. Que o acesso a funcionalidades e programas oferecidos pelo CAU/BR e CAUs/UF, tais como importação de Lista de Egressos, Matriz de Mobilidade e do Exercício Profissional, Acreditação de Cursos deverão ser disponibilizados apenas a curso CADASTRADO, e sugerir que iniciativas de premiação de cursos ou egressos promovidos pelos CAU/UF deverão ser disponibilizados apenas o curso CADASTRADO; 4. Aprovar a tela constante do Anexo I desta Deliberação como instrumento para a análise, inserção e alteração de dados de Cadastro de Cursos, a serem atualizados pela Assessoria da CEF-CAU/BR em Banco de Dados próprio e disponibilizados aos CAU/UF após Deliberação da CEF-CAU/BR; 5. Aprovar o Fluxo Ilustrativo do Cadastro de Cursos constante do Anexo II desta Deliberação; 6. Revogar o disposto na Deliberação 51/2016 CEF-CAU/BR e o disposto no item 2 da Deliberação 42/2016 CEF-CAU/BR; 7. Solicitar o compartilhamento do conteúdo desta deliberação com as assessorias das Comissões de Ensino e Formação dos CAU/UF, por intermédio do conselheiro representante das IES; 8. Enviar esta deliberação à Presidência do CAU/BR para conhecimento e tomada das seguintes providências:  a) Informar a Presidência e Comissão de Ensino e Formação dos CAU/UF acerca do conteúdo desta deliberação. |

Brasília – DF, 02 de fevereiro de 2018.

|  |  |
| --- | --- |
| Andrea Vilella  Coordenadora | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Hélio Cavalcanti da Costa Lima  Coordenador-Adjunto | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Humberto Mauro Andrade Cruz  Membro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Joselia da Silva Alves  Membro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Juliano Pamplona Ximenes Ponte  Membro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Roseana Almeida Vasconcelos  Membro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

ANEXO I – Atualização de Dados Cadastrais e Status do Curso



ANEXO II – Fluxo de Cadastro de Curso

